

AS VÁRIAS FACES DO CIRCUITO DO LIVRO ESCOLAR: NOTAS PARA A COMPREENSÃO DE SEU FUNCIONAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL AMAZONENSE (1852 A 1900)

Carlos Humberto Alves Corrêa (FE-Unicamp / FE-Universidade Federal do Amazonas)

Eixo Temático: Imprensa, impressos e discursos educacionais

Nos últimos anos tem crescido os estudos que tomam a história do livro e das edições didáticas como objeto de investigação. O campo da história da educação tem sido um campo especialmente fértil para o desenvolvimento dessa produção, uma vez que novos interesses e interrogações passaram a orientar o trabalho dos pesquisadores em relação aos livros didáticos. É no interior deste contexto de produção que optamos por apresentar neste trabalho os resultados da pesquisa de doutorado que estamos desenvolvendo sobre o complexo e tortuoso circuito do livro escolar posto em funcionamento no contexto educacional amazonense, durante a segunda metade do século XIX. Para isso, estamos nos apoiando no modelo de análise proposto por Darnton (1990) que permite visualizar os vários pontos do circuito que o livro percorre desde o momento de sua elaboração até chegar as mãos dos leitores. Este modelo permite construir uma visão holística da história do livro, tendo em vista a possibilidade de análise dos diferentes segmentos (autoria, edição, impressão, distribuição, venda, leitura) que compõem o seu ciclo de vida. A escolha desse modelo ocorreu com a consciência de que seria preciso fazer alguns ajustes para torná-lo produtivo no exame dos livros escolares. Para os limites desse trabalho, resolvemos restringir nossa análise ao segmento de seleção e difusão do livro escolar.

Cartas de apresentação: os autores negociando os seus livros

No longo processo de profissionalização do escritor brasileiro e de nacionalização dos livros escolares, até o início do século XX é possível testemunharmos os autores investindo esforços não apenas na tarefa de escrever e publicar suas obras, mas também no trabalho de colocá-las em circulação. Em alguns casos, a atuação dos autores na difusão de suas produções era formalizada em cláusulas contratuais. Em 1862, o contrato de cessão de direitos autorais firmado entre o professor João Rodrigues da Fonseca Jordão e a empresa de Nicolau Antônio Alves, é ilustrativo do papel que cabia a cada uma das partes envolvidas nesta transação. De acordo com Bragança (2004), para uma tiragem inicial de 4000 (quatro mil) exemplares da obra *Exposição do systema metrico decimal*, do Prof. João Rodrigues ficou estabelecido que

[...] cabe ao editor pagar as despesas materiais de produção do livro: papel, impressão e acabamento (brochura, encadernações ou cartonagem). Os lucros serão divididos, após o pagamento dessas despesas, mensalmente, 50% para o editor e 50% para o autor. **Este, além do trabalho de fazer o original, obriga-se a promover o livro nos estabelecimentos de instrução, públicos e particulares** [grifo nosso]. (2004, p.6).

Uma das formas encontradas pelos autores para promoverem seus livros escolares foi o envio de cartas para as autoridades políticas das províncias brasileiras¹

Em 21 de outubro de 1859, José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, autor de *Íris Clássico* encaminha a seguinte carta ao Presidente da província do Amazonas:

¹ Alguns trabalhos fazem referência a esse tipo de recurso utilizado pelos autores de obras escolares, entre eles: Lajolo; Zilberman (1996) e Gondra; Teixeira(2004).

Ilm° e Exm° Snr: - Tendo sido honrado pela Directoria Geral dos Estados da Província da Bahia com o convite para formular um livro, conveniente ao estudo, nas escolas brasileiras, e tendo-me sido igual honra conferida pela Directoria da Província de Pernambuco e outras, tomo a liberdade de levar ás mãos de V. Ex^a um exemplar do –Iris Clássico – obra destinada a encher uma lacuna do ensino, onde for adoptada para uso das escolas, ás quaes, bem como ás Directorias de Estudo, ordenei que o livro fosse dado pelo aproximado preço de custo. Ouso pensar que assim se prestou um serviço á instrução, fazendo que a infância beba um puro leite intellectual, acostumando-se, bem cedo, á phrase tersa e pollida, á palavra escolhida e appropriada, ao donoso dizer de nossos maiores, cuja a magestade se vai afogando no dilúvio de desmandos de ousados, e demolições de ignorantes. Julguei do meu dever submitter este livro ao sábio juízo de V. Ex^a, que, como competente juiz, decidira se n'elle concorrem, alem d'aquellas condições, as desejáveis em livros elementares, que não raro contribuem para formar o coração e o espírito dos cidadãos: amor de Deus, da Pátria, da Honra, do rei, da Virtude; e úteis conhecimentos históricos, scientificos ou litterarios, exarados em linguagem vernácula. (Amazonas, 1860, p.IV).

Este era um procedimento bastante corrente entre autores de livros escolares e as autoridades políticas das províncias brasileiras². É através de cartas como estas que os autores (brasileiros ou estrangeiros) buscavam promover a adoção, difusão e circulação das suas obras por entre os diferentes sistemas de ensino.

De maneira geral, um mesmo esquema discursivo parece orientar a escrita das cartas que conseguimos consultar. Nelas, os autores procuram indicar a natureza e o conteúdo das suas obras, destacando a sua relevância para a formação escolar; enfatizam a aceitação/aprovação de suas obras em instâncias de avaliação (diretorias ou conselhos da instrução pública), ou em contextos escolares (sistemas de instrução ou colégios/escolas); destacam as vantagens monetárias na aquisição dos livros tendo em vista o preço dos mesmos e/ou as condições de pagamento que são oferecidas. Junto a essas cartas, os autores enviavam um exemplar de suas obras para serem examinadas pelas autoridades e instâncias responsáveis pela seleção dos livros escolares.

Afora os autores brasileiros e estrangeiros, a partir de 1870 a documentação revela também a presença do comerciante de livros. Utilizando-se de estratégias um pouco diferentes daquelas utilizadas pelos autores, ele assume uma co-responsabilidade na conquista de novos contextos de circulação e consumo dos livros escolares. Sua forma de apresentar os livros escolares opera com um conjunto de referências diferentes se comparadas com aquele que os autores se orientavam para apresentarem suas obras. Isto pode ser percebido no próprio formato da carta de 30 de abril 1870, enviada pelo comerciante paraense Carlos S. ao Diretor da Instrução Pública da Província do Amazonas.

Pelo correio remetemos 2 exemplares da Chriostomathia do Heráclito Vespasiano Fiock Romano, rogando V. S., haja de examinar a dita obra e dizer-nos se a obra é digna de ser adoptada para uso das aulas dessa província. No caso affirmativo havemos de requerer sua adopção ao Exmo. Governo dessa província a quem por esta occasião ofereceremos 100 exemplares para os meninos pobres. Apesar de custar R 300 o preço de venda de cada exemplar nesta cidade, faremos um abatimento de 50% sobre a compra de 200 exemplares ou mais. Aguardamos resposta de V. S^a. (Correspondência da Instrução Pública 1870-03).

² Ver por exemplo Lajolo e Zilberman (1996).

Embora a finalidade do comerciante paraense seja a mesma que motivava os autores a escreverem para as autoridades de ensino das diferentes províncias brasileiras, as formas de persuasão enfatizam muito mais as vantagens que poderiam advir no caso de o governo provincial efetivar a adoção do livro em questão.

Valendo-se de um formato mais enxuto e direto, Ernesto B. Pereira, comerciante local, não hesita em apresentar em um único contato comercial, vinte obras (algumas voltadas para a mesma finalidade de ensino) de 14 autores diferentes, destinadas tanto às escolas primárias quanto ao ensino secundário (Correspondência da Instrução Pública 1870-03).

Essa forma coletiva de apresentar as obras escolares e seus autores parece estar apoiada na crença de que não havia necessidade de acrescentar nenhum argumento ou comentário a respeito delas. Aos olhos destes comerciantes, encaminhar exemplares das obras listadas e informar os preços das mesmas parece bastar para o Conselho da Instrução Pública decidir sobre quais delas estariam em condições de serem adotadas.

Doações, anúncios, exposições e conferências: autores e editores dando visibilidade às suas produções

Não há como negar que as cartas tenha sido um importante mecanismo de difusão dos livros escolares. Através delas os autores, estabeleceram contato com as autoridades de ensino responsáveis pela escolha dos livros que poderiam circular nas escolas primárias. Lançaram mão dos recursos discursivos mais diferenciados para apresentarem suas obras e a si mesmos a fim de convencerem às autoridades de ensino sobre as qualidades pedagógicas, econômicas, tipográficas agregadas aos seus livros.

Na medida em que o mundo dos livros escolares passou a conviver com uma produção mais volumosa, foi preciso intensificar o uso de recursos que já vinham sendo utilizados e lançar mão de outros mecanismos capazes de dar maior visibilidade ao que vinha sendo produzido.

O escritor português, Emilio Achilles Monteverde, além de divulgar seus livros escolares através das cartas como a que enviou ao presidente da província do Amazonas em fevereiro de 1875, recorreu a outras formas para tornar a sua produção mais conhecida. Uma dessas formas encontra-se esboçada na página 41 do *Manual Encyclopedico* (8ª edição) e na página 55 da do seu *Methodo facillimo...* (7ª edição). Depois de ter tratado sobre o tema relativo à religião e antes de apresentar questões sobre o tema exposto, Monteverde introduz engenhosamente a seguinte nota:

Não permitindo o plano desta obra ser mais extenso em relação á **História Sagrada**, de que muito convem ter conhecimento, poderão os Estudiosos recorrer à intitulada

MIMO Á INFANCIA
ou
MANUAL DE HISTORIA SAGRADA

Ornado de 100 lindas estampas, representando os principaes successos referidos no **VELHO** e no **NOVO TESTAMENTO**
Pelo respectivo annuncio, que vai no fim deste livro, poder-se-há ajuizar da utilidade da adopção do dito **Manual**

(1865, p. 41).

A nota apresenta uma configuração tipográfica de destaque se comparada ao restante do texto, propositalmente utilizada para chamar a atenção do leitor sobre a existência desta

outra obra capaz de lhe fornecer mais informações e gravuras sobre a história sagrada. A estratégia se completa remetendo o leitor ao anúncio que pode ser encontrado no final do *Manual Encyclopédico*.

Monteverde e seus editores pareciam estar convencidos dos efeitos positivos desta outra forma de divulgar seus livros. Através dela os leitores ficariam a par de toda a produção bibliográfica do autor português e poderiam ser manifestar interesse em adquiri-la. Nestes termos, as duas últimas páginas do *Manual Encyclopédico* (1865) são dedicadas para anunciar não apenas o *Mimo á Infância ou Manual de Historia Sagrada*, mas também, o *Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível e a sua Grammatica Franceza*. O anúncio apresenta a descrição detalhada do conteúdo de cada uma das obras, informa os seus respectivos preços e indica os locais (geográficos e comerciais) onde os livros podem ser comprados em Portugal e no Brasil.

No Brasil esse expediente de anunciar livros dentro de livros foi realizado por editores do porte de Garnier e Francisco Alves que aproveitavam a quarta capa de alguns dos seus livros para anunciar extratos de seus catálogos de obras escolares. Alguns editores passaram a perceber as revistas voltadas aos professores como um importante veículo de propaganda para os seus livros. Francisco Alves, por exemplo, editava, no Rio de Janeiro a *Revista Pedagógica*, onde se podia encontrar, nas últimas páginas deste periódico um extrato das obras à venda em suas casas comerciais.

Na medida em que a educação passa a ser um tema mais intensamente debatido, os jornais passam a incorporá-la como um assunto de seu interesse. Em meio às notícias, críticas e comentários que o tema suscitava, alguns profissionais da imprensa ou intelectuais colaboradores passaram a produzir pequenas resenhas de alguns livros escolares. Certos autores e editores, cientes do poder a imprensa poderia exercer na formação de opinião do público leitor daquela época, resolveram reproduzir trechos das resenhas publicadas em jornais no interior dos próprios livros resenhados. Monteverde, por exemplo, reserva espaço nas últimas páginas de seu *Methodo facillimo...* para incluir um artigo publicado no jornal *A voz paraense* em 22 de janeiro de 1851. O artigo, reproduzido integralmente, faz um apanhado geral sobre o conteúdo da 5ª edição do *Manual encyclopédico*, chamando a atenção para os melhoramentos e acréscimos que a ela teriam sido incorporados.

A reprodução deste artigo veiculado em um jornal da província do Grão Pará visa, particularmente, repercutir sobre o público consumidor do Brasil, especialmente os habitantes das regiões mais distantes da capital do Império. Isto justificaria o fato de valer-se da opinião de alguém que escreve em um jornal brasileiro para criar um ambiente de recepção mais favorável de sua obra.

No Brasil, Abílio César Borges se valerá do mesmo recurso para acentuar as qualidades de suas obras. Ao lançar a segunda edição de seu *Segundo livro de leitura* (1869), Dr. Abilio incluirá em suas primeiras páginas as opiniões que a respeito dele e do primeiro livro de leitura foram publicadas no *Diario da Bahia* (s.d.), *Jornal da Bahia* (s.d.) e *Commercio do Rio de Janeiro* (16 set. 1867). Esses artigos noticiam o lançamento da primeira edição dos volumes (1º e 2º) que dariam início a sua série graduada de livros de leitura, ressaltando as qualidades dos mesmos, sobretudo, no que diz respeito a proposição de textos mais *apropriados ás intelligencias infantis*. Além de destacarem as qualidades dos livros e as vantagens que eles poderiam representar para o ensino da leitura nas escolas primárias, os artigos fazem referências à experiência pedagógica de Abílio César Borges a frente do renomado *Gymnasio Bahiano* e seu empenho em promover um ensino de maior qualidade.

Outra estratégia de difusão dos livros escolares acontecia no interior das exposições nacionais e internacionais que o Brasil passou a organizar e participar. De início, esses eventos dedicavam-se à exibição de produtos naturais, industriais, artísticos e tecnológicos de

diferentes regiões. A partir de 1862, a educação passou a ter espaço nessas exposições, oportunidade para difundir as novidades do setor. Além de servir como vitrine para as produções didáticas mais recentes, autores e editores passaram a perceber essas exposições como um espaço propício para exibir suas publicações, pois os concursos para premiação dos melhores livros escolares acabavam por conferir maior *status* para as obras vencedoras e seus produtores.

As medalhas, as menções e os diplomas conquistados nos concursos ocorridos no interior das exposições passaram a ser explorados por editores, acreditando que elas exerceriam influência sobre as escolhas que leitores, ou as autoridades de ensino, fariam em relação aos livros a serem comprados.

Outra estratégia frequentemente utilizada pelos autores era a de realizar doações de suas obras para instituições dedicadas ao ensino de crianças pobres. Arroyo (1968) menciona a distribuição do *Livro do povo*³ feita pelo seu autor, o maranhense Antonio Marques Rodrigues. Essa distribuição ocorreu nas escolas do norte e do nordeste do país, nos primeiros anos da década de 1860 com aproximadamente cinco mil livros doados.

Um outro caso bastante conhecido de doação de livros envolve o nome novamente de Abílio César Borges. Não é pequeno o número de depoimentos⁴ que comprovam, também, as ofertas generosas efetuadas por esse autor.

Além de cartas, doações de livros e anúncios, alguns autores preferiram apresentarem seus livros, e a si mesmos, pessoalmente. Para isso, valeram-se da promoção de conferências pedagógicas, oportunidade para tratarem de questões relativas ao ensino e, ao mesmo tempo, difundirem suas obras. De acordo com Uchoa (1966),

As primeiras conferências pedagógicas feitas em Manaus, foram realizadas pelo grande educador brasileiro Hilário Ribeiro.

Efetuiu-se a conferência inicial, às 8 horas, de 23 de julho de 1886, no prédio da escola do sexo masculino do bairro de S. Vicente. Hilário Ribeiro expôs, com notável erudição, ao seletor auditório que ali ocorreu, as linhas gerais do seu método de ensino, adotado, na época, em todo o Império. (171).

Pelas informações fornecidas por Uchoa (1966) não é possível sabermos se a presença de Hilário Ribeiro em Manaus foi patrocinada pelas autoridades locais ou decorreu da iniciativa do próprio autor. O fato é que Hilário Ribeiro aproveitou a ocasião para no dia 04 de agosto de 1886, encaminhar proposta de venda de seus livros ao presidente da província, solicitando que a decisão da mesma ocorresse com brevidade tendo em vista sua intenção de deixar Manaus no dia 09 de agosto (Correspondência da Instrução Pública jun-dez 1886 – 09). Para fazer a proposta de venda ao governo província do Amazonas, Hilário Ribeiro precisava que seus livros tivessem recebido parecer favorável do *Conselho Fiscal da Instrução Pública*. Sua presença parece ter agilizado os tramites legais que antecediam a apresentação da proposta de venda das suas obras. Os conselheiros encarregados de apreciarem as obras de Hilário Ribeiro concluíram seus pareceres no dia 15 de julho de 1886, e no dia 27 do mesmo mês e ano (quatro dias depois da realização de sua conferência), os pareceres eram aprovados em sessão do conselho.

³ Impressa na tipografia maranhense de propriedade de José M^a Corrêa de Frias. A 1ª edição, segundo Hallewell, é de 1861 e contou com uma tiragem de 4.000 exemplares. Em 1865, o livro alcançava a sua 5ª edição e foi consideravelmente ampliada. No total, parece que foram impressos trinta ou quarenta mil exemplares. (1985, p.100).

⁴ Além deste, outros depoimentos sobre o perfil de Abílio César Borges (Barão de Macaúbas) podem ser encontrados em Lajolo; Zilberman (1996, p. 194 - 199).

Estas estratégias de aproximação dos autores com as autoridades do ensino eram necessárias para alcançar o êxito neste campo editorial em franca expansão, afinal o grande filão de consumo dos livros escolares era o Estado, responsável, em quase todo o país, pela compra e distribuição gratuita dos mesmos entre as crianças pobres que freqüentavam as escolas primárias.

A construção das formas de seleção dos livros escolares: entre autorizar, selecionar, corrigir e ensaiar livros

Para Choppin (2004), “*O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar.*” (p.561). No caso de nosso estudo, interessa-nos o exame das regulamentações que definem as instâncias e os procedimentos de seleção desses livros. São essas escolhas que vão determinando quais os *livros autorizados* a habitar o cotidiano das escolas. É a partir delas que alguns livros são acolhidos e outros não; que substituições são definidas; que recusas são efetuadas.

Depois de ter sido elevado à condição de província (1852), o Amazonas ganha autonomia administrativa para criar e implementar uma “maquinaria” capaz de produzir os dispositivos de ordenamento das práticas, dos espaços e das pessoas nos mais diferentes setores da vida social. No setor da educação, as primeiras tentativas de implementar dispositivos reguladores das práticas escolares parecem não ter sido suficientes para produzir os efeitos esperados. Em relação especificamente à escolha dos livros escolares, vale retomar o trecho do relatório que o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, Diretor Interino da Instrução Pública, encaminhou ao Vice-Presidente da Província do Amazonas, em abril de 1855, expressando a sua preocupação com a ausência de regulamentação para o ramo da educação. Segundo ele, “*Nenhuma disposição ainda há, que regule o regime interno das escolas, estando por isso á arbítrio dos professores admittir o methodo que lhes agrada, e recebendo todos os livros e compêndios, que lhes parecem melhores para o uso de cada uma delas.*” (Amazonas, p. 444).

Tomando as palavras do Diretor da Instrução Pública, somos levados a pensar na existência de uma *circulação desgovernada* dos livros escolares marcada pela falta de uniformidade dos livros e compêndios adotados nas atividades de ensino dos professores amazonenses. Esta falta de controle sobre os livros em circulação nas escolas públicas da província reflete, por um lado, a dificuldade do próprio aparelho estatal provincial em implementar dispositivos de conformação do seu sistema de ensino como um todo. Por outro lado, a mesma pode ser creditada a uma outra dificuldade, a de fornecer em quantidade suficiente, o material escolar destinado aos alunos pobres. Em discurso dirigido à Assembléia Legislativa Provincial, em outubro de 1853, o Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Penna admite “[...] *que o valor consignado pelo orçamento para essas despesas é muito pequeno.*” (1853, p.200).

Tal situação, no nosso modo de ver, contribuía para a ausência de uma escolha padronizada dos livros escolares, pois nas escolas onde o governo provincial não havia realizado a distribuição dos livros oficialmente adotados é provável que os professores tenham lançado mão de outros materiais (quem sabe até manuscritos) para auxiliar suas práticas de ensino. Mas é preciso reconhecer que neste momento (1853) a quantidade de obras escolares em circulação no país não era tão grande a ponto de proporcionar aos professores um horizonte de escolha tão variado. Além disso, o livro ainda era uma mercadoria cara para os baixos salários que eram pagos aos professores brasileiros. Em relação ao contexto paulista de 1849, por exemplo, uma das queixas presente diz respeito, entre outras coisas, às condições restritivas de acesso dos professores aos livros.

O professor dá lições, como dava o mestre com quem aprendeu. Os métodos novos usados em outras partes, com tanto proveito, lhes são desconhecidos. A raridade dos livros, a dificuldade de obtê-los e o preço excessivo que custam, não permitem a um empregado de tão tênues vencimentos adquiri-los. (Moacyr, 1939b p. 324).

Portanto, é difícil imaginarmos que sob essas condições culturais de circulação e acesso aos livros escolares em várias partes do país, os professores amazonenses tivessem a possibilidade de manejar um universo de livros mais amplo.

A primeira medida formal para regulamentar a circulação dos livros escolares nas escolas da província vai aparecer na *Lei n° 90* (26/out./1858), que reforma a instrução pública da província do Amazonas. Em um único artigo, estabelece a autorização para o governo provincial, entre outras coisas, “[...] *aprovar compêndios e modelos para uso dos allumnos de qualquer dos grãos da Instrução primaria ou secundaria.*” (Art. 3° § 7°). Chama-nos a atenção que este artigo fale em *aprovação* (e não em *adoção*) dos livros escolares, levando-nos a crer na existência de dois momentos distintos permeando a definição sobre os títulos que seriam utilizados pelas escolas da província: o momento de avaliação e aprovação e, posteriormente, a etapa de seleção e adoção dos mesmos. Embora a lei não especifique quem seria(m) a(s) pessoa(s) do governo responsável(eis) pela escolha dos livros escolares e como isso seria feito, ela estabelece a instância “*autorizada*” a dizer quais livros poderiam ser utilizados nas instituições educativas da província. Certamente que este artigo tem a finalidade de exercer um maior controle sobre a circulação dos livros no interior das escolas uma vez que, implicitamente, ele “*desautoriza*” as práticas dos professores de adotarem os *livros e compêndios que lhes pareçam melhores*.

A reforma da instrução pública da província e a responsabilidade sobre a escolha dos livros escolares ganham contornos mais precisos com a aprovação de dois regulamentos (*Regulamento da Instrução Pública n° 09*, 06/mai./1859 e *Regulamento n° 12*, 09/fev./1860).

Apesar das leis, em algumas escolas do interior estes mecanismos de regulamentação sobre os livros escolares não alcançaram pleno êxito. É o que mostra o relatório que Gonçalves Dias produziu sobre a situação das escolas primárias de várias localidades do Rio Solimões. Reportando-se especificamente à situação do ensino primário da localidade de Tefé, Gonçalves Dias relata que:

Não há uniformidade nos compêndios; nem por tanto pode haver methodo para os alumnos no ensino. O menino leva á escola o livro que lhe dão – o primeiro que achão mais á mão, o methodo facillimo – o manual encyclopedico – o thesouro de meninos e outros. As escolas são fornecidas de cartilhas, taboadas, traslados & c., mas isto para os alumnos pobres. E os que não forem considerados pobres onde as hão de comprar ? (AMAZONAS,1861, p.555).

Note-se, portanto, que a falta de uniformidade nos livros empregados nas aulas da escola de Tefé não decorre de uma desobediência do seu professor, o Pe. Luiz Gonçalves de Souza, que ignorando os títulos indicados/aprovados pelo governo provincial insistisse em trabalhar com livros de sua preferência. A variedade de títulos que circulavam em sua sala de aula parece ser resultante das próprias circunstâncias que cercavam o trabalho de ensino do professor. Vemos que o professor tinha diante de si crianças em condições diferenciadas de acesso e posse dos livros escolares. Ele teria, portanto, que ensinar às crianças pobres que recebiam, gratuitamente, livros do governo provincial (vale dizer, livros oficialmente adotados pela Diretoria da instrução pública) e às crianças classificadas como não sendo

pobres que talvez por alguma dificuldade de acesso aos livros oficiais, resolvem levar outros títulos disponíveis em suas casas.

Novas formas de encaminhar a escolha dos livros escolares são propostas. O *Regulamento n° 13*, por exemplo, define uma maneira mais colegiada de realizar essa escolha ao determinar que as decisões do diretor da instrução pública em relação aos livros escolares sejam submetidas ao exame do *Conselho Diretor* e do Presidente da província (art. 4°).

Para evitar tensões com o clero local, o mesmo regulamento institui um tratamento diferenciado para os livros de natureza religiosa, condicionando a sua adoção a aprovação prelado diocesano⁵.

A preocupação em exercer um controle sobre os livros escolares estende-se para as escolas primárias particulares. Apesar de o regulamento franquear a abertura de escolas ou outro qualquer estabelecimento privado destinado ao ensino primário ou secundário, independentemente de autorização especial do governo provincial (art. 108); ele estabelece algumas normas a serem observadas pelos diretores e professores dessas escolas. No Art. 112, por exemplo, vemos o delineamento de uma “*liberdade vigiada*” em relação às escolhas que estes profissionais poderiam realizar em relação aos métodos de ensino e livros escolares a serem empregados nas suas salas de aula: “*Os professores e directores de estabelecimentos particulares poderão adoptar quaesquer compêndios e methodos que não forem expressamente prohibidos.*”. Pela primeira vez é explicitada em lei essa preocupação de, também, exercer algum tipo de controle sobre os livros adotados nas escolas particulares.

Vemos, portanto, o estabelecimento de uma categorização para os livros escolares: livros adotados/aprovados X livros não-adotados/não-aprovados (no caso das escolas públicas) e livros não-proibidos X livros proibidos (no caso das escolas particulares).

Apesar de alguns regulamentos posteriormente aprovados delegarem ao diretor da instrução pública a responsabilidade pela definição dos livros escolares, a tendência legalmente mais recorrente foi de transferir essa tarefa para uma instância coletiva. No *Regulamento n° 42* (14/dez/1881), o órgão encarregado de deliberar sobre o assunto era o *Conselho de Instrução* que além de ser composto por profissionais mais diretamente ligados ao campo educativo, também contava com a participação do Presidente da Câmara Municipal, o Juiz de Paz mais votado e dois cidadãos *de notória idoneidade*.

Outras informações relevantes a respeito da dinâmica de seleção dos livros escolares podem ser encontradas no conjunto de *correspondências da instrução pública*. Examinando o conjunto de correspondências do ano de 1882, flagramos a atuação de uma *Comissão*, nomeada pelo *Conselho da Instrução Pública* para examinar e indicar os livros a serem colocados em circulação nas escolas da província.

Em 05 de dezembro, esta *Comissão* encaminha seu parecer ao *Conselho Fiscal da Instrução Pública* e nele é possível observar elementos de diferentes ordens que entraram em jogo no momento de decidir sobre os livros em condição de serem adotados. Foram considerados, ao mesmo tempo, as exigências legais; a qualidade interna dos livros e a sua adequação ao ensino dos diferentes saberes que cabe à escola ensinar; a existência, ou não, de compêndios em circulação nas escolas com as mesmas finalidades didáticas; as repercussões didáticas e financeiras que poderiam advir da opção por um determinado livro e, por fim, as preferências dos professores em relação aos livros mais adequados à tarefa de ensinar. Este último componente representa uma novidade em relação às formas de seleção das obras escolares que vinham sendo previstas nos regulamentos anteriores.

⁵ Já há algum tempo as autoridades religiosas vinham demonstrando preocupação com a circulação de obras que pudessem colocar em risco a difusão do catolicismo. Em 1851, D. João José Affonso de Moraes Torres, bispo do Pará, escreveu *Instrução pastoral*. Neste compêndio, encontram-se as orientações sobre o “[...] *protestantismo preminindo os fieis contra a propaganda que se tem feito nessa diocese de bíblias falsificadas e outros opúsculos heréticos.*” (BLAKE, 1898, p.267, V.4).

A opinião dos professores era formalizada em ofícios encaminhados à *Comissão*. Um desses ofícios foi encaminhado professor Antonio da Cunha Mendes, da *Escola pública do ensino primário de Ayrão*, e através dele podemos construir uma visão (ainda que parcial) daquilo que os professores levam em consideração no momento em que são solicitados a opinar sobre os livros mais apropriados para o ensino das suas turmas de alunos. Ao indicar as obras de sua preferência, o professor da escola de Ayrão faz um balanço do potencial dos livros escolares à luz dos resultados alcançados por ele em situação real de ensino e aprendizagem. É o caso, por exemplo, do *vantajoso proveito* que ele tem alcançado com os livros de leitura do Dr. Abílio, seja porque eles permitem uma organização mais uniforme das diferentes classes de alunos, seja porque seus assuntos são apresentados de forma agradável e concisa. Apesar disso, o professor Antonio não poupa críticas a materialidade dos mesmos. Atento novamente as práticas reais de uso desses livros, o professor assinala a fragilidade das edições que não resistem à ação da umidade e aos manuseios dos seus alunos iniciantes.

Em relação aos livros destinados ao ensino de outros saberes, chama a atenção sua insatisfação com a obra do Dr. Freitas, destinada ao ensino de geografia. Alega que a obra possui incorreções (não sabemos se de natureza tipográfica ou de conteúdo) e, no caso específico do ensino de geografia, avalia negativamente o fato de o livro apresentar textos resumidos.

A partir da década de 90 a tarefa de escolher os livros escolares ficará centrada na figura do Diretor da Instrução Pública e, especialmente, do Conselho Superior. Percebe-se, no entanto, uma variação constante em relação ao papel que caberia ao Conselho da Instrução Pública na dinâmica de seleção dos livros escolares. Ora ele exerce um papel apenas consultivo, ora funciona como uma instância deliberativa.

O *Regulamento de 1892* prescreve algumas qualidades tipográficas necessárias aos livros de ensino: “*Todo o livro de ensino deve ser impresso em papel creme e em corpo maior de 12, excepto os do ensino superior que poderão ser em corpo 10.*” (art. 76). Essa prescrição reflete a preocupação em voga naquele momento com a produção de livros que em termos tipográficos e materiais fossem mais higiênicos, ou seja, que facilitassem a legibilidade dos mesmos. Referindo-se ao contexto espanhol, Escolano Benito (1997) afirma que o movimento higienista estabeleceu uma série de exigências quanto à produção dos livros escolares e que, de certa maneira, guardam forte proximidade com a prescrição do *Regulamento de 1892*.

Los higienistas convinieron, por ejemplo, que el papel em que se imprimieran los manuales debía tener cierto cuerpo, para que no se transparentara ni calara, y ser de color ‘amarillo o agarbanzado’, em vez de enteramente blanco por producir entes color refracción de la luz y daños a la vision. Aconsejaron también que las letras no fueran pequeñas ni estrechas, que los caracteres utilizados no estuvieran gastados y no se empleran em una miesma página de distintos tamaños y clase y que la impresión fuera una imagen clara y limpia y com márgenes anchos. (p.28).

De modo geral, o conjunto das leis de ensino e os pareceres emitidos pelo *Conselho da Instrução pública* acerca de alguns livros escolares revelam uma multiplicidade de critérios que entram em jogo no momento de selecionar o que deveria ser aprovado ou adotado como nas escolas primárias amazonenses. Aos poucos, novos critérios são referenciados nos documentos legais ou nos pareceres sobre os livros escolares examinados, passando a dividir a cena com requisitos que já vinham sendo considerados há mais tempo.

No conjunto, é possível afirmar que estes critérios giram em torno dos seguintes eixos:

a) Conteúdo dos livros: sua sintonia com os programas de ensino das diferentes disciplinas e com o conjunto de valores morais e políticos defendidos pelas classes dirigentes;

a exatidão e atualidade das informações neles veiculadas; o uso de linguagem adequada ao público infantil; a proposição de metodologias de exposição que melhor favoreçam a assimilação dos conhecimentos ou a aquisição de habilidades;

b) Dispositivos materiais e tipográficos dos livros: procedimentos de composição (edição/impressão); qualidade do papel e da encadernação; utilização de ilustrações, gravura, tabelas; emprego de uma configuração tipográfica (tamanho dos tipos, cor do papel, formas e aparência dos caracteres) em conformidade com as prescrições higienistas;

c) Comercialização dos livros: preço, condições de pagamento, descontos oferecidos ao Estado, disponibilidade para compra nas livrarias locais.

Estes eixos refletem a mentalidade da época sobre o que deveria ser o livro escolar. Apesar das variações que eles poderiam sofrer em razão das peculiaridades dos sistemas de ensino de cada região do país, é possível falarmos em uma mentalidade compartilhada que foi capaz de gerar um consenso em torno das qualidades que os livros escolares precisavam reunir. Prova disso, é que as dimensões consideradas pelas autoridades do ensino no Amazonas para escolhê-los, são praticamente os mesmos que José Veríssimo enfatiza na exposição que fez em 1890 para os membros do *Conselho da Instrução Pública do Pará*. Atuando como Diretor da Instrução Pública daquele Estado, Veríssimo afirma que “[...] *de trez ordens são as qualidades que devem distinguir um livro para o ensino primário: pedagógicas, higienicas e econômicas. Deve ser bem feito, deve ter um aspecto agradável, e deve ser barato.*”

O circuito do livro escolar vai muito mais além do que as etapas aqui retratadas. Neste breve trajeto que percorremos pelos pontos iniciais do circuito dos livros escolares temos uma idéia da sua complexidade.

Neste estudo foi possível identificar as tentativas dos dirigentes políticos e administradores escolares em institucionalizar este circuito, estabelecendo, dentre outras coisas, os sujeitos e as práticas que seriam acionados no momento de selecionar quais livros poderiam circular nas escolas primárias. Pudemos perceber, também, o modo como o aparato de escolha e controle dos livros escolares vai se sofisticando ao longo do período estudado, ao mesmo tempo em que escritores e editores vão lançando mão de variados mecanismos, visando a ampliação dos contextos de circulação dos livros escolares que produzem.

Referência bibliográfica

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira – ensaio preliminares para sua historia e suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BRAGANÇA, Aníbal. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: Seminário brasileiro sobre livro e história editorial, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/trabalhos>. Acesso em 23 abr.2004.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Libros para la escuela: la primeira generación de manuales escolares. In: _____ . (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997

GONDRA, José; TEIXEIRA, Giselle Baptista. Lições que falavam à alma. In: *Revista nossa história*. Rio de Janeiro; n.8, p.84-86, jun. 2004.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*(vol. II). São Paulo: Nacional, 1939.
UCHÔA, Júlio Benevides. *Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

Fontes

Fontes impressas

AMAZONAS (Província). Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo Snr Conselheiro Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Amazonas pelo 1º Vice-Presidente o Ilmo. Exmo. Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, em 09 de maio de 1853.

AMAZONAS (Província). Relatório do estado da Instrução Publica da Província, apresentado ao Exmo. Snr. Vice-Presidente da mesma, o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo Director Interino, em 30 de abril de 1855.

AMAZONAS (Província). Relatório que o Director da Instrução Publica, Cônego Joaquim Gonçalves d'Ázevedo apresentou no dia 15 de setembro de 1860 ao Exmo. Snr. Vice-Presidente da Província.

AMAZONAS (Província). Lei nº 90 de 26 de outubro de 1858. Reforma a instrução pública da Província.

AMAZONAS (Província). Lei nº 103 de 09 de julho de 1859. Aprova o Regulamento nº 09 da Instrução Pública.

AMAZONAS (Província). Regulamento nº 12 de 09 de fevereiro de 1860.

AMAZONAS (Província). Regulamento nº 13 de 31 de agosto de 1864.

AMAZONAS (Província). Lei nº 506 de 04 nov 1881. Ordena a execução do Regulamento nº 42 de 14 de dezembro de 1881.

AMAZONAS (Estado). Decreto nº 10, de 19 de novembro de 1892. Promulga o Regulamento Geral da Instrução Pública.

GONÇALVES DIAS, Antonio. Relatório do estado das escolas da região do Rio Solimões. In: AMAZONAS (Província). Relatório da Instrução Publica 17 de janeiro de 1861.

VERÍSSIMO, José. Exposição feita ao Conselho Superior de Instrução Pública em 1890. In: ALVES, Francisco Ferreira Vilhena. *Miscellanea Litteraria: collecção de artigos*. Pará: R.L. Bittencourt & Cia, [189-].

Fontes manuscritas

Correspondência da Instrução Pública 1870-03

Correspondência da Instrução Pública jun-dez 1886 – 09

Correspondência da Instrução Pública jan-jun 1882 -15

Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 09

Livros escolares

BORGES, Abílio César. *Segundo Livro de leitura para uso da infancia brasileira*. Paris: Vva J.-P. Aillaud, Guillard e C^a, 1869.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. *Methodo facillimo para aprender a ker tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempopossivel*. 7.ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. *Manual encyclopedico*. 8. ed. rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

